

## SOCIOLOGIA BRASILEIRA

Desde sua consolidação, nos anos 1930, até os dias de hoje, a Sociologia feita no Brasil sofreu influência de teses e teorias desenvolvidas em outros países.

A sociedade brasileira foi analisada a partir das relações sociais, políticas, econômicas e ideológicas estabelecidas com outras sociedades, em especial com as sociedades capitalistas do mundo ocidental.

Em cinco séculos de história, a sociedade brasileira ganhou feições muito particulares, o que exigiu de seus intérpretes a análise das singularidades que lhe conferem uma cultura própria, distinta das demais sociedades capitalistas.

Primeiramente apresentaremos uma visão panorâmica das interpretações do Brasil do final do século XIX e começo do século XX. No segundo, vamos analisar o conjunto de intérpretes mais significativos do Brasil dos anos 1930 e sua importância no processo de consolidação da sociologia brasileira. No terceiro item passamos ao tema da questão racial, entendido a partir do legado da escravidão. Por fim, no item quatro será dedicado ao debate em torno das questões do subdesenvolvimento e da dependência econômica.

### 1. Interpretações do Brasil

No final do século XIX e início do XX, tomou forma um conjunto de análises sobre as particularidades do Brasil que buscava investigar como a nação se formou, quais seriam as bases dessa formação social, em que medida o passado colonial e escravista teria influenciado essa formação, quais seriam as características centrais da identidade social brasileira.

Mais tarde, entre as décadas de 1950 e 1960, essas questões se ampliaram e diversificaram, com temas sobre qual seria o papel econômico e político do Brasil diante da divisão internacional do trabalho e como se dava a relação de dependência com os países de economia mais avançada.

Nos dias de hoje, uma questão central é como o Brasil reproduz seu passado de desigualdades sociais, seja por consequência da escravidão, seja em razão do papel subalterno diante de países economicamente mais ricos como Estados Unidos, Alemanha, França, Inglaterra e, mais recentemente, a China.

Durante os **períodos colonial e imperial**, o Brasil foi marcado pela produção agrícola escravista e formas de organização social predominantemente rurais e nucleadas na esfera familiar.

Após a proclamação da **República** (1889), o país passou a experimentar o trabalho assalariado e a vida urbana, o que gerou novas contradições e

problemas no âmbito da formação social, sobretudo no ambiente universitário que se estruturava.

A influência das discussões sociológicas, por vezes trazida na bagagem de brasileiros que iam estudar em países europeus ou nos Estados Unidos, refletia a contradição entre o que a sociedade brasileira era de fato e aquilo que poderia ou deveria ser.

Muitas dessas interpretações viam o Brasil com os olhos de outras sociedades. O resultado foram interpretações que problematizaram as particularidades do Brasil na medida em que as contrapunham a outras dinâmicas sociais.

Após a proclamação da República, a questão central passou a ser a definição dos aspectos centrais da formação da sociedade brasileira. Assim, a importância do passado colonial esteve presente na maioria dos livros que discutiram a formação social do país.

Em 1920, o historiador e sociólogo Oliveira Vianna publicou *Populações meridionais do Brasil*, livro que destaca as diferenças entre o povo brasileiro e os demais. Motivado por sua tese de que o Brasil teria sido formado por brancos, apesar da presença de índios, mestiços e negros, Oliveira Vianna prevê uma nação embranquecida, em razão da forte imigração europeia e da suposta maior fecundidade dos brancos em relação às outras “raças”.



Em 1933 **Gilberto Freyre** publicou *Casa-grande & senzala*, livro que o sociólogo e crítico Antônio Candido (1918-) considera ser uma ponte entre o naturalismo que marcou antigas interpretações (como as de Silvio Romero e Euclides da Cunha) e a contribuição sociológica que se desenvolveu a partir dos

anos 1940.

Freyre desenvolve o argumento de que a miscigenação seria o traço cultural central da sociedade brasileira. Mas ao contrário de interpretações anteriores, não vê a mestiçagem de forma negativa e enfatiza a necessidade de substituir o conceito de “raça”, largamente difundido no Brasil, pelo conceito de cultura. Segundo ele, a família patriarcal foi a base sobre a qual a mestiçagem se desenvolveu no Brasil. Localizada sobretudo no meio rural, particularmente no latifúndio monocultor do Nordeste brasileiro, a família patriarcal constituiu, assim, a forma social ideal para que a “raça” branca, colonizadora, se relacionasse com as demais “raças”.

Gilberto Freyre defende sua tese central sobre a democracia racial, sempre observando o predomínio dos aspectos culturais em relação aos “raciais”. Nesses termos, a mestiçagem é entendida como uma vantagem

e a desmitificação do negro como ser “selvagem” é um tema central.



O povo brasileiro é considerado não como simples soma de três “raças”, mas como resultado de um encontro mais complexo, que remete à formação da cultura brasileira.



Diferentemente de Freyre, o historiador e economista **Caio Prado Júnior** (1907-1990), nos livros *Evolução política do Brasil* (1933) e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942) interpreta o passado colonial baseando-se na produção, distribuição e consumo de mercadorias.

Em *Formação do Brasil contemporâneo*, a história brasileira é contada do ponto de vista da produção, distribuição e consumo da riqueza. O Brasil é analisado como parte do processo da expansão mercantil europeia.

Para Caio Prado, a formação do Brasil se deu de fora para dentro, tendo o país se estruturado como fornecedor de produtos tropicais, a exemplo da cana-de-açúcar. Segundo esse autor, a história do Brasil deve ser entendida num âmbito mais amplo, que tem relação direta com as formas de expansão do comércio europeu na América do Sul.

As massas de escravos, semiescravos, pobres, explorados e empobrecidos são examinadas e ganham importância na obra de Caio Prado. O autor aponta também para a especificidade que se manifesta desde a colônia, diferenciando a sociedade brasileira da portuguesa. Segundo ele, desde a época colonial os brasileiros teriam adquirido forma própria, diferente da forma indígena e da portuguesa. E consequentemente, nós, brasileiros, teríamos começado a desenvolver uma mentalidade coletiva singular.

Outro autor importante desse período foi **Sérgio Buarque de Holanda** (1902-1982), que publicou em 1936, três anos depois de *Casa-grande & senzala* e com escrita completamente diversa da de Freyre, o livro *Raízes do Brasil*.

De estilo mais conciso, a obra aborda o sentido político da descrença no liberalismo tradicional e busca possíveis soluções. Tem como condicionantes teóricos a história social francesa, a sociologia da cultura alemã,

sobretudo a influência de Max Weber, e a teoria sociológica e etnológica.

O livro de Sérgio Buarque inseriu-se no debate sobre o estudo das origens e formação da sociedade brasileira. O autor dialoga com o historiador Manoel Bomfim (1868-1932) e com o pensador e político Alberto Torres (1865-1917), entre outros autores, e especialmente com Oliveira Vianna, ao criticar a visão autoritária desse autor sobre a formação social do Brasil.



Com *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque objetiva conhecer o passado com vistas para o futuro, preocupando-se com a transformação social. Assim, o movimento geral da obra consiste em apresentar as características da nação brasileira, os marcos principais de mudança e os caminhos para a transformação futura.

As questões centrais de sua análise giram em torno da oposição entre o mundo rural e o mundo urbano e entre a esfera privada e a esfera pública. Na concepção de Sérgio Buarque de Holanda, é preciso superar essas raízes, para que nossa sociedade seja modificada. Com esse objetivo em vista, o autor traça um panorama histórico do Brasil que se inicia no período colonial, passa pelo Império e pela República, até os anos 1930.

## 2. A geração de 1930

Na década de 1930, **Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda** deram forma científica à sociologia brasileira. Amparados, respectivamente, nas obras de Franz Boas, Karl Marx e Max Weber, formalizaram a Sociologia como ciência no Brasil.

A importância desses autores foi decisiva quanto aos rumos da Sociologia a partir desse momento. A seguir, vamos examinar os pontos centrais das obras de Sérgio Buarque e Caio Prado Júnior, já que a perspectiva de Gilberto Freyre foi comentada quando abordamos antropologia brasileira.

Como vimos, **Sérgio Buarque** adota o referencial weberiano para analisar o Brasil do período colonial. Sua inserção no debate se dá pela denúncia dos fundamentos agrários e patriarcais presentes na sociedade brasileira. Mostra-se também contrário às teorias racistas e, aproximando-se de Gilberto Freyre, entende que a mestiçagem teve papel central na construção da identidade nacional. Não obstante, essa aproximação não pode ser percebida com relação à herança rural.

Enquanto Gilberto Freyre faz uma interpretação positiva do passado rural, como algo próprio de nossa cultura e que não deveria ser transformado, Sérgio Buarque enfatiza a necessidade da transformação social, da constituição de um conjunto de regras e normas destinadas a superar um passado de favorecimentos pessoais originários das oligarquias rurais.

Alicerçando seu raciocínio nos tipos ideais weberianos, Sérgio Buarque constitui um *etos* nacional, isto é, um conjunto de características que se sintetizam em uma cultura específica, na medida em que explicita os traços marcantes da sociedade brasileira da época. Esse *etos* nacional tem um sentido histórico e se fundamenta em uma relação dialética própria da sociedade brasileira.

De um lado, Sérgio Buarque assinala a modernização da sociedade brasileira, de outro, o conservadorismo que tenta bloquear essa modernização.

Para esse autor, o tipo ideal que explicita esse processo contraditório é o **homem cordial**. Ele seria a chave analítica para compreender como certos setores da sociedade brasileira resistem ao processo de modernização. Segundo ele, a modernização representa a construção de uma nova sociabilidade, que coloca em risco o universo das relações de favorecimento. Nesse sentido, o Estado moderno e não centralizador é visto como hostil e as relações pessoais são ativadas na tentativa de frear esse processo.



A cordialidade marca, para Sérgio Buarque, um conjunto de relações que configuram um grupo social particular. Ela sintetiza uma forma de conduta social, nem sempre consciente, que procura frear a modernização da sociedade brasileira e **conservar as relações sociais de favorecimento pessoal**. A evolução da sociedade brasileira, para esse autor, deve superar essas características e se pautar na busca de uma sociedade civilizada, uma sociedade urbana e cosmopolita que deixe para trás o mundo rural.

A Sociologia de Sérgio Buarque examina, com base na análise da sociedade brasileira, a ligação estreita entre o que é público e o que é privado e seus limites.

A ausência de delimitações entre essas duas esferas da vida social pode ser observada ainda hoje. O favorecimento teve, assim, uma dinâmica que transcendeu os anos 1930 e se pulverizou juntamente com a modernização da sociedade brasileira, sobretudo no que se refere à burocracia estatal.



Vemos casos de desvio de verbas e má administração de dinheiro público, nepotismo e corrupção, ao longo de todo o século XX e começo do século XXI. Nesse sentido, a obra de Sérgio Buarque de Holanda se situa como leitura fundamental para entender o processo histórico-social brasileiro.

**Caio Prado Júnior**, por sua vez, tem como objetivo caracterizar em que medida a formação do Brasil está atrelada ao contexto de expansão do mercado europeu.

A análise que desenvolve no livro *Formação do Brasil contemporâneo* parte da metodologia marxista, sobretudo no que diz respeito à compreensão do que estaria oculto no processo de colonização da sociedade brasileira. Sua análise busca identificar os elementos estruturais que compuseram o Brasil colonial.

Para esse autor, a colonização do Brasil e suas consequências históricas devem ser pensadas a partir da ideia que o Brasil se integrou a uma dinâmica maior, diretamente relacionada à expansão marítima e comercial europeia.

O empreendimento comercial baseado na produção de gêneros tropicais para o mercado externo fundamenta o raciocínio de Caio Prado Júnior, uma vez que a colonização europeia assume a forma de exploração e não de povoamento no Brasil. A formação da sociedade brasileira, no período colonial, se estruturou economicamente na produção de açúcar, tabaco, e mais tarde na extração de ouro e diamantes, em seguida na produção de algodão e de café, atendendo o mercado europeu. Para o autor, a grande propriedade (o latifúndio), a monocultura e o trabalho escravo se apresentam, portanto, como as três características centrais da formação social do Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII.

A produção agrária, que tinha como centro geopolítico o engenho e a fazenda, integrou-se aos objetivos comerciais europeus. A figura que predominou nesse período não foi a do pequeno produtor rural, mas sim a do empresário explorador, o empresário de um grande negócio.

Esse quadro histórico, essa herança, é destacada por Caio Prado quando se propõe analisar a **passagem da colônia para a nação**. Para ele, é **necessário entender a nação a partir da colônia**, observando essa transformação como um processo histórico de longa duração.

A análise que Caio Prado faz do século XIX mostra-se importante sobretudo por dois motivos. Primeiro porque faz um “balanço final” de três séculos de colonização, depois porque se configura como “chave insubstituível” para compreender a sociedade brasileira que se constitui posteriormente.

Essa análise nos informa quão importante é analisar o passado colonial e o período imperial para entender o Brasil contemporâneo e a presença de resquícios coloniais que contribuem decisivamente para que esse autor considere a formação do país ainda incompleta.



Essa incompletude se deve, na visão de Caio Prado, à permanência do Brasil em uma relação de subordinação e dependência em relação a outras sociedades.

Para ele, **o passado colonial ainda está presente na sociedade brasileira** quando ele observa que o trabalho livre não se organizou em todo o país, conservando traços do trabalho escravo. O mesmo raciocínio valeria para a produção extensiva destinada a atender os mercados no exterior e a ausência de um mercado interno desenvolvido, que reproduz, assim, a subordinação do Brasil em relação a economias de outros países.

Cabe-nos contextualizar o pensamento de Caio Prado, que se alinhava aos estudos historiográficos de seu tempo. Nas últimas décadas, estudos históricos têm destacado a dinâmica econômica colonial, a diversidade de atividades econômicas voltadas para o mercado interno e a importância dos pequenos produtores para

o desenvolvimento social e econômico do território durante o período colonial.

### 3. A escravidão e a questão racial

A herança escravista e a questão racial, temas abordados por vários sociólogos durante o século XX, permanecem extremamente relevantes no século XXI. Autores como o historiador Fernando Novais (1933-), os sociólogos Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso (1931-) e mais recentemente os historiadores Sidney Chalhoub (1957-), Silvia Hunold Lara (1955-), Célia Maria Marinho de Azevedo (1951-), os sociólogos Antonio Sérgio Guimarães (1952-) e Sérgio Costa (1962-), o antropólogo Kabengele Munanga (1942-), entre tantos outros, procuram entender o peso, a influência e a importância desses temas para a sociedade brasileira.

A referência clássica desses autores, ainda que com críticas e avanços, está na obra de Florestan Fernandes, autor e professor responsável pela formação de um conjunto de pesquisadores que desenvolveram o seu trabalho na sociologia brasileira, particularmente Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso. Além das discussões acerca da escravidão e da questão racial, a obra desse autor aborda temas como a metodologia sociológica, o subdesenvolvimento, as classes sociais e a questão indígena, tornando-se, assim, uma das referências centrais para a sociologia contemporânea.



#### Florestan Fernandes

nasceu em São Paulo, em 1920. Filho de uma imigrante portuguesa que o criou trabalhando como empregada doméstica, começou a trabalhar com 6 anos de idade, primeiro como engraxate, depois em vários outros ofícios. Precisou abandonar o curso primário para ganhar dinheiro. Depois de se formar no curso de madureza (supletivo), ingressou na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 1947, formando-se em Ciências Sociais. Doutorou-se em 1951 e foi assistente catedrático, livre docente e professor titular na cadeira de Sociologia.

Depois do golpe militar de 1964, protestou contra o tratamento dado a seus colegas presos e também foi preso. Cassado em 1969 pelo AI-5, deixou o Brasil e lecionou nas universidades de Toronto (Canadá), Columbia e Yale (Estados Unidos).

De volta ao Brasil em 1972, passou a lecionar na PUC-SP. Ligado ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde sua fundação, elegeu-se deputado federal em 1986 e 1990. Morreu em 1995, deixando uma obra fundamental.

Para Fernandes, a escravidão no Brasil toma formas distintas e se conecta direta e indiretamente com os ciclos econômicos que teriam demarcado a história do Brasil durante o período colonial (atualmente, esta ideia é refutada pelos historiadores, que defendem a existência de atividades econômicas voltadas para o abastecimento interno e não uma economia exportadora e “de ciclos”).

Em semelhança com a abordagem de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes entende que o Brasil colônia se estruturou como uma economia exportadora de produtos tropicais e que essa organização foi imposta pela metrópole portuguesa. A economia colonial foi marcada pela especialização em determinados ramos produtivos, especialização que se manteve após a emancipação da colônia com a vinda da família imperial portuguesa para o Brasil, em 1808.

Florestan Fernandes observa que as estruturas de dominação social do período colonial são preservadas no processo de modernização capitalista no Brasil na medida em que, já no século XX, a dependência em relação à metrópole é transferida, de forma mais ampla, para o mercado capitalista europeu.

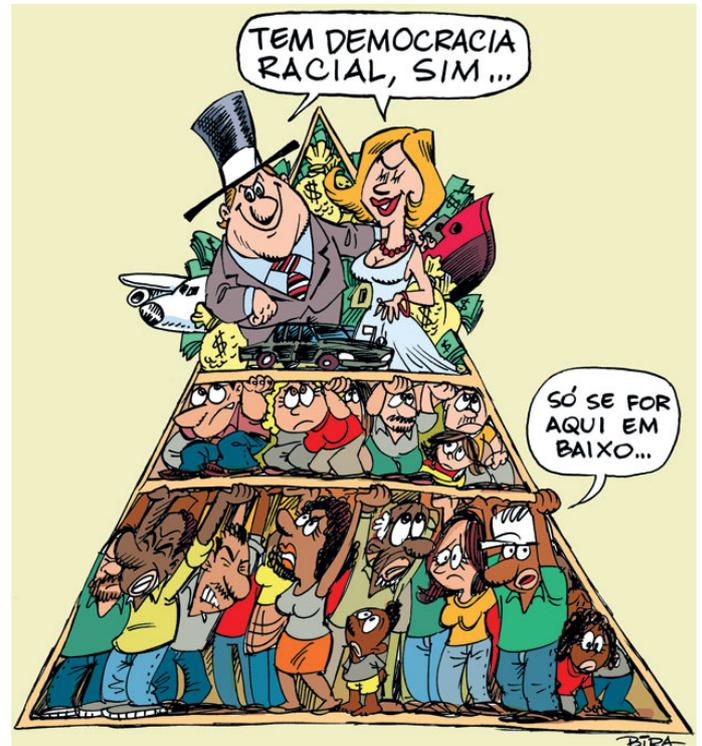
A escravidão projeta-se, assim, como um fenômeno social que tem ressonância na organização social da sociedade brasileira até nossos dias.

A desigualdade social, por exemplo, tem relação direta com a escravidão e mais particularmente com o modo como os negros foram incorporados a uma sociedade de classes, depois da abolição, em 1888. Ou seja, mesmo considerando o fim da escravidão como um marco histórico importante, é fundamental questionar em que medida as desigualdades sociais baseadas em diferenças de cor se reproduzem e se manifestam após a abolição. Um dos temas centrais para entender esse processo tem relação com o **mito da democracia racial**.

Em seu livro, *A integração do negro na sociedade de classes* (1978), Florestan Fernandes observa que a democracia racial, na verdade, serviu para difundir a ideia de que não existem distinções sociais entre negros e brancos e afirmar uma suposta convivência pacífica e harmônica entre brancos e não brancos. Essas ideias levariam a supor que as oportunidades econômicas, sociais e políticas estariam abertas a todos os brasileiros de forma igualitária.



Segundo esse autor, essa ideologia propaga até hoje no Brasil o racismo, preconceitos e discriminações. Exemplos disso são afirmações do senso comum que garantem que o negro não tem problema de integração social, que a “índole brasileira” não permite distinções raciais, que as oportunidades sociais, de toda natureza, estão abertas a todos os brasileiros de forma igualitária, que o negro está satisfeito com sua condição social e seu estilo de vida.



Para Florestan Fernandes, de um lado o mito da democracia racial acabou por consolidar, por exemplo, a crença de que a situação do negro se deve a sua própria incapacidade de superar dificuldades sociais, tais como o desemprego e a pobreza. Por outro lado, o mito desresponsabiliza o branco e o isenta (sobretudo os brancos da classe dominante) dos efeitos da abolição e da degradação da situação da comunidade negra no Brasil.

Fernandes sugere, entretanto, que o mito da democracia racial pode ser usado como ponto de partida para a melhoria da condição do negro na sociedade de classes, desde que o pressuposto democrático seja realmente alcançado. Salienta, assim, que a luta em torno dessa questão deve ser levada a cabo por negros e mulatos. Nos últimos anos, entretanto, essa questão vem sendo trabalhada por outro ângulo.

O mito da democracia racial não seria simplesmente um mecanismo de acobertamento das desigualdades e discriminações, mas também reproduziria a ideologia da identidade nacional que impede a construção da igualdade entre os brasileiros.

A questão da democracia racial foi discutida também por Gilberto Freyre em seu *Casa-grande & senzala*, que considera como característica específica da cultura brasileira o encontro racial entre negros africanos, brancos europeus e indígenas brasileiros.

Freyre via esse encontro com bons olhos, na medida em que o convívio entre as “raças” teria se tornado democrático e salutar para a sociedade como um todo.

#### 4. Subdesenvolvimento e dependência econômica

No Brasil dos anos 1930, o Estado moderno substituiu o Estado oligárquico e a indústria nacional começou a ser desenvolvida. Esse período da história brasileira é central, pois foi em consequência desse momento que a questão do subdesenvolvimento e da dependência econômica do país começou a ser discutida nos anos 1950 e 1960.

Esse debate, além de ser atual, tem relação direta com o posicionamento do Brasil diante de outras economias do mundo. O lugar do Brasil pode ser pensando com base na divisão internacional do trabalho, isto é, em como foi e ainda é construída a economia nacional, que produtos e ramos da indústria foram desenvolvidos na produção nacional, se são produtos estratégicos ou matérias-primas e como essa produção insere o país na economia mundial.

Como já vimos, a tradição econômica do Brasil, mesmo depois da Independência em 1822, foi a de um país produtor de mercadorias com baixo valor agregado, que abastecia as demandas de outros países, sobretudo da Europa e dos Estados Unidos.

A partir de meados do século XX, a economia brasileira se desenvolveu como uma economia periférica e complementar a outras que se estruturavam de maneira mais sólida e tinham como base de sua produção bens manufaturados pela indústria, sobretudo a automotiva.

A questão do subdesenvolvimento aparece, assim, como um problema a ser enfrentado pela Sociologia e também pela sociedade brasileira. Um dos principais teóricos do subdesenvolvimento é o economista **Celso Furtado** (1920-2004), autor de *Formação econômica do Brasil*, publicado em 1959. Assim como Caio Prado Júnior, Furtado se preocupa com a economia do passado colonial e chama atenção para a ligação, presente desde a colônia, entre a economia brasileira e a economia mundial.

Segundo Furtado, **o subdesenvolvimento é uma forma de organização social no interior do sistema capitalista e não uma etapa que antecederia a etapa seguinte**. Segundo esse autor, os países subdesenvolvidos tiveram um processo de desenvolvimento indireto, em função do desenvolvimento dos países industrializados.



Assim, o Brasil se tornou dependente de países desenvolvidos, condição quase impossível de ser superada, a não ser por meio de uma forte intervenção do Estado no setor industrial.

A análise de Furtado destaca a grande concentração da renda no nível mundial durante o século XX até a década de 1950, que ampliou a separação entre países ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos.

A definição de subdesenvolvimento, portanto, se insere em um quadro de relações de dominação e dependência entre países, relações estas que tendem a se perpetuar.

Para sair da condição de país subdesenvolvido seria necessário que em meados do século XX o Brasil tivesse estabelecido novas prioridades com o objetivo de atingir uma nova concepção de desenvolvimento. O subdesenvolvimento deveria ser neutralizado a partir de uma ação política que em lugar de reproduzir os padrões de consumo de minorias abastadas passasse a privilegiar a satisfação de necessidades fundamentais da população como um todo, tais como a educação pública. Entretanto, essa ação política sugerida por Celso Furtado não foi implementada pelo Estado brasileiro. Assim, ainda hoje o país se encontra em situação de dependência em relação a países de economia mais forte e as desigualdades sociais permanecem.

Como vimos, durante a década de 1950 se inicia o processo de implantação de multinacionais no Brasil. São indústrias de bens de consumo e de veículos que buscam firmar o país como produtor de bens típicos das sociedades de consumo.

Segundo Fernando Henrique Cardoso, esse processo não foi específico da sociedade brasileira: pode ser observado em vários países latino-americanos e estabeleceu uma reformulação entre as economias mais ricas e mais pobres.

Durante as décadas de 1960 e 1970, o processo se aprofundou, colocando os países pobres em uma nova fase de dependência. Entre nós, essa fase foi marcada pelo interesse dos países centrais em desenvolver no Brasil a indústria e o mercado interno. Segundo Cardoso, essa fase da divisão internacional do trabalho reproduz a dependência industrial e financeira, somada naquele momento à dependência tecnológica.

Forma-se, com isso, toda uma discussão sobre a dependência que acaba por constituir uma nova teoria, a teoria da dependência, que tem como principais expoentes, além do já citado Fernando Henrique Cardoso, o economista e sociólogo Ruy Mauro Marini (1932-1997) e o economista Theotonio dos Santos (1936-).

Essa nova forma de dependência difere da velha dependência que prevaleceu no Brasil do século XIX até aproximadamente os anos 1930. A nova dependência, configurada entre 1950 e 1970, tem como

eixo central a transferência de capital estrangeiro para o processo de industrialização. Essa transferência se deu com base no financiamento de novos segmentos industriais e na instalação de filiais de multinacionais no país.

A política de substituição de importações, que teve como elemento central a industrialização e a urbanização da sociedade brasileira, não tinha nenhum tipo de restrição quanto à entrada de capital estrangeiro. Ao contrário: a chegada desse capital, financiador da industrialização automotiva, era vista pelo Estado brasileiro como a única alternativa para garantir a industrialização. Como desdobramento desses investimentos externos, ocorreu uma dinamização do mercado interno. Entretanto, esse processo fortaleceu a concentração de renda e, exceto quanto aos trabalhadores integrados no processo, aprofundou a desigualdade econômica.

## TEMAS CONTEMPORÂNEOS DA SOCIOLOGIA

Agora veremos as principais teorias que marcaram as três últimas décadas do século XX e o início do XXI. Estudaremos temas bem próximos de nós, que buscam responder a antigos problemas ou que a Sociologia clássica não aprofundou e também a novas questões características do atual contexto histórico.

Dentre essas últimas, podemos citar o desenvolvimento da produção de mercadorias, o neoliberalismo, o processo de financeirização da economia e o surgimento de ações políticas coletivas distintas daquelas do início do século XX até meados dos anos 1960 e 1970.

### 1. Tempos de mudança

Nos últimos anos, as sociedades capitalistas passaram por fortes mudanças sociais. A produção industrial foi reestruturada pela microeletrônica e pela robótica, alterando a relação do trabalhador com o tempo de produção, isto é, com a intensidade do trabalho. As formas de governo também se reestruturaram.

Observou-se o fim gradativo do Estado de Bem-Estar Social e a constituição de políticas neoliberais. Somaram-se às ações coletivas dos trabalhadores da indústria novos tipos de ação política, não diretamente ligadas ao universo do trabalho. Ou seja, aos sindicatos e partidos da classe trabalhadora, juntaram-se novas formas de organização política baseadas, por exemplo, em questões étnicas, raciais, religiosas e de gênero.

O fim do século XX e o início do século XXI foram marcados por um conjunto de transformações

econômicas, políticas e ideológicas que pareciam apontar para a construção de uma nova sociedade, regida por princípios distintos daqueles que haviam sido hegemônicos até as décadas de 1960 e 1970. Entretanto, essas mesmas transformações acabaram por reproduzir a velha forma da estrutura social capitalista: o novo ainda estava impregnado do velho.

A velha sociedade capitalista se reinventou, mas continuou reproduzindo suas características mais centrais de divisão em classes sociais, de exploração e dominação do trabalho, de produção do lucro e de sua apropriação privada. A sociedade capitalista se reconfigurou internamente para manter seus objetivos de sociedade baseada na produção e no consumo de mercadorias. Aparentemente tudo teria se transformado, mas, de fato, pouco mudou.

Como vimos, essas transformações podem ser sintetizadas com a reestruturação produtiva dos anos 1960 e 1970 nos Estados Unidos e na Europa Ocidental e com o neoliberalismo do fim dos anos 1970, com Margareth Thatcher; e do início dos anos 1980, com Ronald Reagan. Esses processos históricos se estenderam por todo o mundo nos anos seguintes, gerando muitas questões sociológicas, constituindo uma gama de problemas de pesquisa, de novos objetos



de análise e de questões sociais.

As teorias e teses que buscam explicar esse período estão imersas na contradição social que indicamos acima. São tentativas de elaborar análises sociais num momento em que tudo parece se transformar, mas, no qual, contraditoriamente, a estrutura social capitalista não se altera de fato e, na realidade, acaba por se fortalecer. Muitos estudos elaborados nesse período procuraram descrever o que há de novo, o que permanece do velho e quais seriam os pilares que condicionam socialmente o capitalismo do final do século XX e início do século XXI.

A seguir, vamos analisar algumas das principais teorias dessa virada de século para compreender as questões que influenciaram e constituíram a Sociologia nesse período.

## 2. A revolução informacional

O desenvolvimento científico e tecnológico inspirou vários autores desde a Revolução Industrial. Novos sujeitos sociais, modos de produção, novas práticas políticas, novos tipos de sociedade, de organização da produção, de formas de ação política coletiva foram estudados com base no avanço, no progresso ou no desenvolvimento científico e tecnológico.

Essas análises foram particularmente influenciadas por uma leitura de Marx sobre a relação entre forças produtivas e relações de produção. Para esse autor, as forças produtivas, isto é, aquilo que se apresenta como elemento da transformação social, são limitadas pelas relações de produção capitalistas. Dessa forma, as relações sociais capitalistas impedem que as forças produtivas (por exemplo, a ciência e a tecnologia) avancem, já que esse avanço não condiz com os interesses sociais do capitalismo. Assim, para Marx, a transformação da sociedade se identifica com as forças produtivas enquanto a conservação social se identifica com as relações de produção.

Existem no capitalismo forças produtivas capazes de produzir o necessário para toda a população do planeta. No entanto, esse desenvolvimento não interessa às relações de produção, que preferem manter o desenvolvimento limitado aos interesses do capital, restringindo o acesso e a socialização dos produtos.

Com a reestruturação produtiva dos anos 1960 e 1970, esse tema volta ao centro da discussão sociológica. As novas tecnologias da informação, distintas das tecnologias anteriores, pareciam dar outro sentido às sociedades contemporâneas, na medida em que abriam novas formas de participação social e política aos indivíduos. Falou-se de uma Revolução Informacional, que teria transformado a base produtiva do capitalismo.

Diferente da Revolução Industrial, que se caracterizou como uma revolução da indústria e teve seu foco no trabalho realizado nas máquinas, a Revolução Informacional teria como base de produção não mais a matéria física, mas a informação. Enquanto a Revolução Industrial se caracteriza pela transformação de um produto com base no trabalho manual, na Revolução Informacional o trabalho intelectual predomina e não se limita à indústria, mas está presente em todos os setores da economia.

Em seu livro *A Revolução Informacional* (São Paulo: Cortez, 1999), o sociólogo francês **Jean Lojkin** (1939-) entende que esse tipo de produção não é fruto apenas de uma transformação tecnológica. Para esse autor, não se trata da simples utilização da informática em atividades de formação, comunicação e gestão, mas sim de uma mudança na utilização humana da informação.

A questão central para entender o trabalho informacional na produção ou nos serviços tem relação com as formas de liberação do trabalhador. Para Lojkin, muitas foram as tentativas de controlar esse tipo de atividade de forma taylorista, isto é, retirando os saberes dos trabalhadores e os transferindo para a gerência. Mas essas tentativas não tiveram êxito, já que as atividades criadas pela Revolução Informacional se apoiam na produção e troca de informações por meio das tecnologias da informação.

Ocorreu uma diferença significativa na utilização das tecnologias da informação, pois, diferentemente das tecnologias tradicionais, as NTICs (novas tecnologias da informação e comunicação) não se caracterizam como um processo de substituição de trabalhadores por máquinas. Segundo Lojkin, essas tecnologias são diferentes na medida em que demandam uma interatividade do trabalhador com a máquina, tendo a invenção humana um papel central nesse processo. Projeta-se, assim, uma relação entre a utilização das tecnologias da informação e a libertação do indivíduo de certas amarras do trabalho taylorista e fordista.

Haveria ainda exploração do trabalho, mas essa exploração seria de um grupo e não da forma fragmentária que o trabalho no taylor-fordismo imprimia. Nestes novos termos, o trabalho seria mais qualificado, exigindo mais responsabilidade do trabalhador e, sobretudo, seria um trabalho mais intelectualizado se comparado ao da fábrica fordista. Expressões como “satisfação no trabalho” e “participação ativa do trabalhador” são consideradas como um índice que estabelece uma relação distinta do trabalhador com seu trabalho. Resumindo, o trabalhador teria se libertado de algumas limitações impostas pelas atividades tradicionalmente fabris.



Apesar da criação de novas qualificações profissionais, inclusive algumas que retomam a capacidade intelectual do trabalhador, o que deve ser ressaltado é o grau em que esses trabalhos podem ou não fazer parte de escolhas e estruturas gerenciais alheias à intervenção do trabalhador. Nesse sentido, a

pergunta central seria: a Revolução Informacional é de fato um processo de libertação do trabalhador em relação a atividades penosas e enfadonhas ou não passa de um processo de intensificação do trabalho, que agora também controla as formas de produção intelectual?

Deve-se levar em conta que toda transformação tecnológica não tem fundamentação neutra, mas obedece aos interesses da sociedade. Nesse sentido, a produção informacional parece estar longe de libertar os trabalhadores dos atuais padrões de exploração e dominação social.

### 3. Valorização e financeirização do capital

Nas últimas décadas, as sociedades capitalistas se estruturaram com base em um processo de financeirização do capital. A valorização do capital baseada na extração de mais-valia e na exploração da força de trabalho foi avolumada por um processo que já se observava desde o final do século XIX e que nas últimas décadas tornou-se economicamente hegemônico: o acúmulo de riquezas desenvolvido por mecanismos e canais financeiros e não apenas por meio das atividades produtivas (na indústria, no comércio e na agricultura).

Formaram-se no século XIX os bancos e a figura do capitalista que comercializa dinheiro, isto é, o capitalista financeiro. Tomar dinheiro emprestado de um banco é uma forma estrutural de valorizar o capital. O capitalista industrial faz isso a fim de investir na produção com o objetivo de lucrar por meio da exploração do trabalho. Com esse lucro, o capitalista industrial paga os juros para o capitalista financeiro. Mas tanto o lucro quanto o juro são frutos da mais-valia produzida.

Na prática, o capitalista financeiro potencializa o lucro do capitalista industrial quando dá a ele um crédito. O problema é que além de potencializar a acumulação capitalista, esse crédito que o banco concede dá origem ao capital fictício.

Como Marx define o capital fictício?

De um lado, o empréstimo é aplicado no processo de produção para gerar mais-valia, isto é, o dinheiro emprestado é considerado produtor de juros. No entanto, nem todo empréstimo é aplicado à produção. Essa forma de dinheiro emprestado que não entra no processo de geração de mais-valia é considerada por Marx como uma forma fictícia de capital.

O desenvolvimento da financeirização nas últimas décadas faz com que a finança prevaleça em relação à produção de mercadorias. Isto é, os valores negociados no mercado de ações são superiores àqueles gerados pelas atividades produtivas. Para observar esse fenômeno, basta considerar o produto interno bruto (PIB) de determinados países e compará-los aos valores negociados em suas bolsas de valores.

Do final da década de 1970 até meados da primeira década do século XXI, os valores negociados nas bolsas foram muito superiores ao valor dos PIBs de todos os países de economia capitalista desenvolvida. Há, portanto, uma diferença entre a produção real e o que se negocia na forma de títulos e ações; isto é, entre a valorização real e o capital fictício.

Assim, a valorização das ações de uma empresa não está relacionada diretamente a seu lucro ou perda em um período específico, mas sim à avaliação na Bolsa de Valores. O que importa é a avaliação da bolsa sobre o lucro ou perda e não o aumento ou redução da lucratividade da empresa.



Determinadas ações aumentam de valor sem que haja um aumento proporcional da produção real. O economista francês **François Chesnais** (1934-) convencionou chamar o período de avanço da finança de mundialização do capital. Um processo que se define pela liberalização de capitais pelo mundo, ou seja, pela possibilidade de captação de recursos financeiros em diferentes mercados.

Em seu livro *A mundialização do capital*, Chesnais analisa o capitalismo de hoje para demonstrar o caráter destrutivo das forças econômicas atuantes a partir da década de 1980. Essa liberdade de investimento capitalista permitiu uma movimentação de capitais pelo mundo, o que fez desenvolver amplamente a valorização do capital fictício, sobretudo nos países mais ricos. Entretanto, essa valorização é interrompida quando ocorre queda de salários e de investimentos, e nos anos 1990 e na primeira década do século XXI as crises se multiplicaram.

Para a economista brasileira **Maria de Lourdes Mollo** (1951-), estamos vivendo um período em que o processo de financeirização das economias parece ter chegado ao seu limite. De qualquer forma, é importante considerar a intrínseca relação entre capital industrial e capital financeiro. Desde sua origem, o desenvolvimento capitalista teve sua base estruturada nessa relação, que se aprofundou com a liberalização dos fluxos de capital nas últimas décadas.

A contenção ou o desenvolvimento de um desses polos (capital industrial e capital financeiro), intrinsecamente complementares da economia capitalista, depende da participação decisiva do Estado.

Exemplos disso são os empréstimos públicos dos Estados Unidos para salvar determinados bancos da falência.



#### 4. modernidade e pós-modernidade

Como categoria de uma época, modernidade designa o período chamado iluminista, que se inicia no século XVIII e está relacionado a um projeto intelectual que tem como base o desenvolvimento científico objetivo e autônomo. Em termos mais gerais, o objetivo iluminista foi estabelecer formas de conhecimento científico que permitissem estruturar a emancipação da humanidade.

O esforço científico representava, assim, uma forma de ultrapassar as limitações impostas pela natureza. Além de superar a escassez e as necessidades físicas, o projeto iluminista pretendia ir além das formas de explicação religiosas, míticas e supersticiosas, estabelecendo a ciência e a razão como princípios norteadores do conhecimento humano.

Em nossos dias, é fácil reconhecer esse conjunto de ideias. A vida em sociedade está permeada pelos princípios da modernidade. Podemos observá-los na economia, no direito, nas formas de organização burocrática e nas atividades profissionais. O que determina essas esferas da vida social como representativas da modernidade é a crença de que o desenvolvimento do progresso e da capacidade científica podem resolver todos os problemas da humanidade.

Assim, a **modernidade** pode ser entendida como expressão de uma época histórica marcada por um discurso que privilegia as formas de conhecimento científico universais e totalizantes, ou seja, produtoras de interpretações teóricas abrangentes e homogêneas que procuram dar conta da história da humanidade como um todo.

O **pós-modernismo**, por outro lado, privilegia a diferença, a diversidade, a fragmentação, a indeterminação, e nesse sentido se insurge contra os discursos universalizantes e totalizantes da

modernidade. Procura reconhecer as diferentes subjetividades, dando maior visibilidade a questões como gênero, raça, etnia, ambiente, sexo, questões territoriais, entre outras.

Para muitos autores, a questão é se de fato superamos a época moderna, ou seja, podemos dizer que as indagações das sociedades contemporâneas são expressão de uma época pós-moderna? Ou apenas teriam surgido novas condições sociais que negam os princípios da modernidade? Ou ainda, será que estamos presenciando uma radicalização da modernidade e equivocadamente identificando-a com uma época pós-moderna?

Entre os autores interessados nesse tema, estão os britânicos Anthony Giddens, sociólogo, e David Harvey (1935-), geógrafo.



#### Anthony Giddens é

considerado um dos autores que mais se destacam na sociologia contemporânea, tanto do ponto de vista de sua análise fundada na teoria da estruturação social quanto em sua reinterpretação crítica dos autores clássicos da Sociologia.

Nascido em Londres, Inglaterra, em 1938, Giddens é atualmente professor emérito da London School of Economics and Political Science. Conhecido por seu trabalho de renovação da Social-democracia, tem como temas centrais de pesquisa as questões relacionadas à globalização e à modernidade.

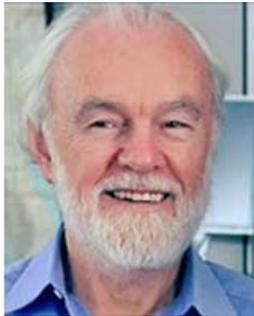
Com objetivo de reformular a teoria social, Giddens desenvolveu a *Teoria da estruturação*. Em linhas gerais, essa teoria pretende, com base na releitura de diversas correntes e tradições teóricas, transcender o quadro clássico de divisão disciplinar, mostrando a necessidade de incorporar a História e a Geografia à análise sociológica. Nesse sentido, Giddens explicita as diferenças entre a ciência social e a ciência natural, evidenciando como a primeira se funda e se especifica na ação humana.

Além disso, Giddens entende que a especificidade das Ciências Sociais não se concentra na ação individual (como para Weber) nem nas totalidades sociais (como para Durkheim), mas sim nas práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo.

Para Giddens, vivemos em uma época em que as consequências da modernidade se radicalizaram e não numa época pós-moderna. Ele aponta para um mundo fora de controle: as pretensões iluministas de domínio da natureza e da sociedade pela via do conhecimento e do progresso científico não se concretizaram.

A modernidade se funda em uma duplicidade sombria. Ao mesmo tempo em que cria uma estrutura de possibilidades e de oportunidades, fruto do desenvolvimento científico, promove também

consequências degradantes como a exploração do trabalho, o autoritarismo na utilização do poder político e as guerras. Com relação à pós-modernidade, Giddens indica uma de suas características centrais: a ausência de certezas no processo de conhecimento.



Na perspectiva de **David Harvey**, o pós-moderno aparece como um reflexo das formas de produção e acumulação flexível típicas da era toyotista e de uma nova compreensão da relação espaço-tempo no capitalismo. No entanto, ao observar mais de perto as transformações sociais, Harvey nota uma reprodução das relações sociais fundadoras do capitalismo, isto é, não observa uma mudança estrutural que projetaria uma nova sociedade, seja ela pós-capitalista, seja pós-industrial.

Segundo Harvey, as teses que defendem que vivemos numa época pós-moderna incorrem em alguns equívocos. O primeiro deles é a crítica a toda e qualquer argumentação universal e totalizante (crítica dos pós-modernos ao conceito de cultura), que levam à impossibilidade de legitimar e validar cientificamente seu próprio discurso.

Nesse sentido, as teorias pós-modernas que reivindicam a celebração da fragmentação, do efêmero, da simulação, aceitando as identidades dos grupos locais, acabam por não construir uma análise ampla das sociedades em que esses grupos estão presentes.

Um segundo ponto levantado por Harvey se refere à questão do reconhecimento da alteridade e da autenticidade de grupos locais como expressões do pós-moderno. Ao mesmo tempo em que se reconhece a identidade de um grupo local, a alteridade e autenticidade desse grupo permanecem circunscritas apenas a seu espaço social, negando, com isso, a influência desses grupos em realidades mais amplas.

Assim, Harvey entende que o resultado do discurso pós-moderno se caracteriza por um silêncio diante de questões relativas à economia política e às estruturas de poder global. Ele entende que há, na prática, uma radicalização da modernidade e não uma época pós-moderna propriamente dita.

Essa radicalização pode ser observada na aceleração dos processos de produção e reprodução sociais nas sociedades capitalistas, sobretudo se analisamos a intensificação do trabalho para a geração de lucros. Harvey argumenta que o lado fragmentário, efêmero e caótico de nossas sociedades estruturou-se ao lado do progresso técnico e científico, o que caracterizaria muito mais uma crise da modernidade que a constituição de sociedades pós-modernas.

## QUESTÕES

**1. (UNICENTRO 2011)** No Brasil, o pensamento sociológico se desenvolve a partir da década 30, do século passado, com a fundação da Universidade de São Paulo e o crescimento da produção científica.

Sobre o desenvolvimento dessa ciência no Brasil, no século XX, é correto afirmar:

- A) Os sociólogos desse período buscavam descrever o país por meio de estudos naturalistas.
- B) Os grandes nomes desse período foram Euclides da Cunha, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda.
- C) As duas preocupações dos sociólogos eram a aculturação indígena e a modernização do sistema político brasileiro.
- D) A orientação das análises sociológicas estava voltada para as discussões mundiais ditadas por países, como França e Inglaterra.
- E) O interesse dos intelectuais desse período estava voltado para o conhecimento do Brasil real, do povo, em oposição às análises etnocêntricas anteriores.

**2. (UNICENTRO 2011)** Autor brasileiro que entendia a construção do Brasil como a fusão de raças, regiões, culturas e grupos sociais decorrentes da formação colonial, em que os negros e mestiços teriam papel fundamental na formação da identidade cultural do povo.

Essa referência identifica

- A) Gilberto Freyre.
- B) Caio Prado Júnior.
- C) Florestan Fernandes.
- D) Fernando de Azevedo.
- E) Sérgio Buarque de Holanda.

**3. (UNICENTRO 2011)** No Brasil, as primeiras análises sociológicas, nas primeiras décadas do século XX, buscavam equacionar duas problemáticas centrais: a formação do Estado nacional brasileiro e a questão da identidade nacional.

Sobre essas análises sociológicas no Brasil e seus representantes, é correto afirmar:

- A) Plínio Salgado, na sua obra *Nosso Brasil*, retoma a tese de uma unidade nacional baseada em diferenças regionais, culturais e éticas.
- B) Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, afirmou que o brasileiro tem como fundamento social a cordialidade.
- C) Caio Prado Júnior, em *Formação do Brasil Contemporâneo*, construiu um perfil psicológico do brasileiro baseado na força dos sertanejos.
- D) Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra *Raízes do Brasil*, de 1936, analisou a formação do Estado brasileiro.
- E) Gilberto Freyre, em *Casa Grande e Senzala*, enfatizou a miscigenação, novidade cultural da colonização portuguesa.

**4. (UNICENTRO 2011)** A formação do Brasil e a identidade do brasileiro foram bastante discutidas no início do século XX pelos sociólogos brasileiros Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior.

A respeito das análises de Freyre, em seu livro “Casa Grande e Senzala”, é correto afirmar:

- A) Criou uma tipologia para estudar a formação do Brasil e do brasileiro, dando ênfase explicativa ao tipo aventureiro do português em detrimento do tipo semeador.
- B) Fez um estudo da colonização portuguesa, descrevendo a formação da família patriarcal brasileira, dando especial importância à miscigenação como traço cultural.
- C) Observou que a cordialidade do povo brasileiro lhe dificultava o reconhecimento da moderna impessoalidade nas relações sociais.
- D) Utilizou o materialismo dialético como chave explicativa dos fatos sociais que condicionavam o destino do país.
- E) Tratou da decadência do patriarcado rural e do crescimento das elites urbanas no Brasil.

**5.** A formação cultural do Brasil tem como eixo central a miscigenação. Autores, como por exemplo Gilberto Freyre, destacaram que a mistura de raças/etnias européias, africanas e indígenas configuraram nossos hábitos, valores, hierarquias, estilos de vida, manifestações artísticas, enfim, a maioria das dimensões da nossa vida social, política, econômica e cultural. Entretanto, outros pensadores consideravam-na um aspecto negativo em nossa formação e tentaram ressaltar as origens européias de algumas regiões, como o intelectual paranaense Wilson Martins afirmou: Assim é o Paraná. Território que, do ponto de vista sociológico, acrescentou ao Brasil uma nova dimensão, a de uma civilização original construída com pedaços de todas as outras. Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição não é brasileira. Inimigo dos gestos espetaculares e das expansões temperamentais, despojado de adornos, sua história é a de uma construção modesta e sólida e tão profundamente brasileira que pôde, sem alardes, impor o predomínio de uma idéia nacional a tantas culturas antagônicas. E que pôde, sobretudo, numa experiência magnífica, harmonizá-las entre si, num exemplo de fraternidade humana a que não ascendeu a própria Europa, de onde elas provieram. Assim é o Paraná.

(MARTINS, W. Um Brasil diferente: ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989. p. 446.)

O preconceito em relação às origens africanas e indígenas criou uma ambiguidade no processo de auto

afirmação dos indivíduos em relação às suas origens. Assinale a alternativa em que a árvore genealógica relatada por um indivíduo evidencia esse sentimento de ambiguidade em relação à formação social brasileira.

- a) Meu avô paterno, filho de italianos, casou-se com uma filha de índios do interior de Minas Gerais; meu avô materno, filho de português casado com uma negra, casou-se com uma filha de portugueses. Apesar de saber que sou fruto de uma mistura, dependendo do lugar em que estou, destaco uma dessas descendências: na maioria das vezes, digo que descendo de portugueses e/ou de italianos; raramente digo que descendo de negros e índios, quando o faço é porque terei alguma vantagem.
  - b) Meu avô paterno, filho de negros, casou-se com uma filha de índios do Paraná; meu avô materno, filho de português casado com uma espanhola, casou-se com uma filha de italianos. Sempre destaco que sou brasileiro acima de tudo, pois descendo de negros, índios e europeus. Essa afirmação ajuda-me a obter vantagens em diferentes lugares, pois a identidade brasileira tem sido assumida com clareza pelo estado e pelo povo ao longo da história.
  - c) Meus avós maternos são filhos de italianos e os avós paternos são filhos de imigrantes alemães. Eu casei com uma negra, mas meus filhos serão, predominantemente, brancos. Tenho orgulho dessa descendência que é predominante nas diferentes regiões do Brasil. Costumo destacar que o Brasil é diferente, é branco e negro e eu descendo de famílias italianas e alemãs, assim como meu filho. Esse traço cultural revela a grandeza do país e a firmeza de nossa identidade cultural.
  - d) Meu avô paterno, filho de índios do Paraná, casou-se com uma filha de índios do Rio Grande Sul; meu avô materno, filho de negros, casou-se com uma filha de negros. Gosto de afirmar que sou brasileiro, pois índios, portugueses e negros formam nossa identidade nacional.
  - e) Meu avô paterno, filho de poloneses, casou-se com uma filha de índios do Paraná; meu avô materno, filho de ucranianos, casou-se com uma filha de poloneses. Como sou paranaense, costumo destacar que o Paraná tem miscigenação semelhante as das outras regiões do Brasil: aqui temos índios, europeus e negros.
- 6.** O discurso sobre a formação da identidade nacional brasileira tem como uma de suas vertentes o estudo das consequências do encontro de três matrizes étnicas: o negro, o europeu (branco) e o indígena. Em meio a este debate, e contrariando as teorias raciais, elaborou-se uma tese conhecida como “democracia racial”, caracterizada por

- A) defender o direito de participação de representantes de todas as raças no processo político.
- B) pressupor a miscigenação harmoniosa entre os diferentes grupos étnicos que formaram a nação brasileira.
- C) denunciar os conflitos raciais e a desvalorização dos afrodescendentes no Brasil.
- D) culpar os grupos dominantes pela marginalização dos afrodescendentes e da população indígena brasileira.

7. “A capoeira - reprimida pela polícia do final do século passado e incluída como crime no Código Penal de 1890 - é oficializada como modalidade esportiva nacional em 1937. Também, o samba passou da repressão à exaltação, de dança de preto à canção brasileira para exportação. Definido na época como uma dança que fundia elementos diversos, nos anos 30, o samba sai da marginalidade e ganha as ruas, enquanto as escolas de samba e desfiles passam a ser oficialmente subvencionados a partir de 1935.”

SCHWARCZ, Lilia M. “Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na intimidade.” In: NOVAES, Fernando A. (org.) “História da Vida Privada no Brasil. Contrastes da Intimidade Contemporânea”. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 196.

Sobre as formas de integração das manifestações culturais negras no Brasil, é correto afirmar que

- A) os elementos da cultura negra no Brasil são, a partir da década de 1930, incorporados à cultura nacional, perdendo grande parte de suas características originais.
- B) assim como o samba e a capoeira, o futebol é um elemento da cultura negra desenvolvido a partir da herança africana trazida pelos escravos.
- C) as manifestações da cultura africana foram incorporadas pela cultura brasileira em sua forma integral e com suas peculiaridades sendo respeitadas.
- D) os elementos afro-brasileiros foram aceitos como parte da cultura brasileira logo após a abolição da escravatura, a partir de um programa estatal de integração cultural.
- E) a segregação racial manteve-se como a base da formação da cultura brasileira, especialmente a partir da década de 1930, quando é estabelecido um projeto de cultura nacional.

8. Das três raças que entraram na constituição do Brasil, duas, pelo menos, os indígenas e africanos, trazem à baila problemas étnicos muito complexos. Se para os brancos há uma certa homogeneidade, que no terreno puramente histórico pode ser dada como completa, o mesmo não ocorre com os demais. Os povos que os colonizadores aqui encontraram, e mais ainda os que

foram buscar na África, apresentam entre si tamanha diversidade que exige discriminação.

PRADO JR., Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. Entrevista Fernando Novais. Postácio Bernardo Ricupero. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 88.

A respeito do processo de formação do povo brasileiro, podemos identificar que

- A) o Brasil é exemplo de harmonia entre suas etnias constituintes, o que torna possível constatar o equilíbrio entre os desiguais.
- B) a nação vivencia a máxima da democracia racial, que foi apreendida em seu passado por historiadores que pensavam em nossa identidade.
- C) o povo brasileiro é fruto de uma complexa miscigenação que deve ser continuamente estudada e compreendida em suas particularidades.
- D) a cultura étnica em nosso país é resultado de sua pluralidade, tendo na condição do branco europeu o referencial de seu processo formador.
- E) a nação indígena brasileira deve ser vista à parte no processo de formação do povo brasileiro, pois representou a primazia de nossa constituição.

9. A diversidade racial no Brasil é uma realidade e a convivência pacífica é um comportamento a ser perseguido. Considere o texto.

O Fórum de Gestores Municipais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial aumentou sua representatividade na Bahia, com a adesão oficial de 28 municípios.

O Fórum, que é um espaço permanente de diálogo entre Estado e municípios a fim de definir estratégias conjuntas para implementação da Política de Promoção da Igualdade Racial, foi criado pela Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi) em 2007, teve um aumento de 87,5 % em relação ao ano passado e agora conta com 60 gestores que fortalecerão o projeto de interiorização das políticas afirmativas no Estado. “Se continuarmos nesse ritmo de adesão, vamos conseguir ultrapassar a expectativa que é atingir a metade dos municípios baianos até o ano de 2015”, salientou o secretário de Promoção da Igualdade Racial, Elias Sampaio.

Revista *Raça Brasil*, edição 166

A partir do texto, pode-se inferir que a tolerância racial se efetiva gradativamente no Brasil por compreensão social ou por força institucional.

Considerando a conjuntura atual, assinale a alternativa que marca um acontecimento que ratifica a participação institucional no caminho da aceitação das diferenças raciais e sociais no Brasil.

- a) A promulgação da lei Afonso Arinos que pune qualquer atitude pejorativa em relação às etnias.
- b) A legalidade da união civil estável de homossexuais.
- c) A constitucionalidade das cotas de vagas destinadas a negros nas universidades brasileiras.

- d) A ratificação da lei Maria da Penha que trata de crimes de violência contra as mulheres.
- e) A criação do primeiro partido político constituído por negros ou afrodescendentes.

**10.** A escravidão de africanos na América consumiu cerca de 15 milhões ou mais de homens e mulheres arrancados de suas terras. O tráfico de escravos através do Atlântico foi um dos grandes empreendimentos comerciais e culturais que marcaram a formação do mundo moderno e a criação de um sistema econômico mundial. A participação do Brasil nessa trágica aventura foi enorme. Para o Brasil, estima-se que vieram perto de 40% dos escravos africanos. Aqui, não obstante o uso intensivo da mão de obra cativa indígena, foram os africanos e seus descendentes que constituíram a força de trabalho principal durante os mais de trezentos anos de escravidão. E a escravidão penetrou cada um dos aspectos da vida brasileira. Além de movimentarem engenhos, fazendas, minas, cidades, plantações, fábricas, cozinhas e salões, os escravos da África e seus descendentes imprimiram marcas próprias sobre vários outros aspectos da cultura material e espiritual deste país, sua agricultura, culinária, religião, língua, música, artes, arquitetura... a lista é longa e já estamos cansados de ouvi-la.

João José Reis e Flávio dos Santos Gomes, *Liberdade por um fio*. História dos quilombos nos Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. P. 9.

Com base no texto, podemos afirmar, sobre a participação do negro no Brasil, que

- a) a cultura material e espiritual do Brasil contemporâneo tem influência menor de africanos.
- b) a economia cafeeira do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista foi a que mais fez uso do trabalho escravo.
- c) o deslocamento de africanos para a América dos Ibéricos se insere na política europeia de povoar suas colônias.
- d) não obstante à escravização de africanos, a mão de obra cativa indígena foi mais lucrativa para a metrópole.
- e) nem a Igreja nem a Coroa se opuseram à escravização do negro. Negro escravizado não tinha direitos, juridicamente era considerado uma coisa.

**11.** Leia aos textos abaixo.

### TEXTO I

"Não vai agradar a todos [decisão do STF]. Não se trata de uma questão afetiva. É primordialmente que a população negra seja respeitada", explicou o professor, Nelson Inocêncio, coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade de Brasília (UnB). Para o docente, as cotas não reduzem as diferenças sociais e econômicas entre negros e brancos, mas possibilita que tal parcela da população chegue a um banco de universidade - coisa que, há alguns anos,

era sequer imaginado por muitos negros. "É preciso [sistema de cotas] até que a gente faça ajustes na sociedade", argumentou Inocêncio.

### TEXTO II

"Racismo sempre é ruim, tanto o movido por ódios quanto o por intenções nobres. Espero que os militantes da causa negra não se iludam: esse projeto não é uma grande vitória, mas uma cortina de fumaça. Em primeiro lugar, porque o racismo brasileiro não é causado por políticas governamentais que precisam ser revertidas, como era o caso americano, mas sim por atitudes de foro íntimo de uma parte dos nossos concidadãos. A concessão de cotas não mudará esse preconceito e corre-se o risco de exacerbá-lo. E, segundo e mais importante, porque o efeito dessa lei não passa de migalha. Reportagem da *Folha de São Paulo* calculou que o número de vagas reservadas nas universidades federais aumentaria em 70 000 com as cotas. A maneira de tirar milhões de negros da privação é melhorando a qualidade do ensino básico."

Partindo do ponto de vista apresentado nos textos e sobre a temática discutida, é válido afirmar que

- a) os textos discordam com o sistema de cotas criado pelo governo, mas concordam que é necessário melhorar o acesso das pessoas negras à universidade.
- b) os textos concordam com o acesso de negros através de cotas, visto que estes seriam incapazes de chegar ao ensino acadêmico por outro método que não esse.
- c) os textos divergem. Enquanto o primeiro defende o sistema; o segundo garante que esse sistema reforça a exclusão moral e o preconceito, sem garantir a efetividade da melhoria aos negros.
- d) os textos concordam nas cotas, mas discordam da implementação. O primeiro acredita que a implementação deve ser imediata; o segundo defende uma implantação gradual.
- e) ambos são terminantemente contra o sistema de cotas e defendem que o melhor caminho para diminuir as desigualdades seria investindo nas escolas e permitindo acesso indiscriminado ao ensino superior.

### 12.

#### TEXTO:

"Aliás, branco no Brasil é difícil, porque no Brasil somos todos mestiços

Se você discorda, então olhe para trás

Olhe a nossa história

Os nossos ancestrais

O Brasil colonial não era igual a Portugal

A raiz do meu país era multirracial

Tinha índio, branco, amarelo, preto

Nascemos da mistura, então por que o preconceito?"

Racismo é burrice – Gabriel O Pensador

## CHARGE:



Imagem do Google

A questão racial está em ascensão mundialmente. A mídia (jornais, revista, internet, televisão, rádio) usa, cada vez mais, dessa temática a fim de conscientizar a população que racismo é crime. Utilizando-se do seu conhecimento do texto e da charge, podemos afirmar que, no Brasil,

- não existe racismo. O texto e a charge comprovam essa realidade, ou seja, o povo brasileiro reconhece ser uma nação de várias raças. Logo, existe uma harmonia, não deixando espaço para nenhum tipo de preconceito.
- de acordo com Gabriel, a sociedade brasileira é uma nação que é resultado de uma miscigenação. Logo, a população reconhece suas diferenças. A charge discorda desse pensamento, mostrando a opressão feita pelos brancos nos negros.
- de acordo com texto e a charge, fica evidente que vivemos em uma sociedade marcada pelo preconceito, na qual resulta um longo processo de segregação, tendo, como principal alvo dessa exclusão, o negro.
- a questão racial está presente em nossa sociedade. Gabriel afirma que nossa sociedade, sabendo da nossa origem, não pratica o preconceito. A charge afirma o discurso do texto I mostrando um negro reconhecendo que não existe racismo.
- de acordo com a charge, o Brasil é marcado positivamente pela ausência do racismo, sendo reconhecida essa ausência pelos negros. Já o texto I, confirma uma sociedade racista.

**13.** Observamos, com relativa facilidade, o fato de que ainda existem, no Brasil, disparidades salariais entre homens e mulheres e entre indivíduos de pele mais clara

e pele mais escura. Este fenômeno nos permite concluir:

- O fato de que não existem pessoas brancas entre os mais pobres no Brasil.
- A totalidade das mulheres negras se insere entre os mais pobres da população brasileira.
- As políticas de inclusão devem voltar-se apenas para a população branca.
- A exclusão pode se manifestar na dimensão econômica, mas também está ligada às questões de gênero e de etnia.
- A exclusão social é um fenômeno vinculado exclusivamente à questão econômica.

**14.** Negro, filho de escrava e fidalgo português, o baiano Luiz Gama fez da lei e das letras suas armas na luta pela liberdade. Foi vendido ilegalmente como escravo pelo seu pai para cobrir dívidas de jogo. Sabendo ler e escrever, aos 18 anos de idade conseguiu provas de que havia nascido livre. Autodidata, advogado sem diploma, fez do direito o seu ofício e transformou-se, em pouco tempo, em proeminente advogado da causa abolicionista.

AZEVEDO, E. O Orfeu de carapinha. In: **Revista de História**. Ano 1, no 3. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, jan. 2004 (adaptado).

A conquista da liberdade pelos afro-brasileiros na segunda metade do séc. XIX foi resultado de importantes lutas sociais condicionadas historicamente. A biografia de Luiz Gama exemplifica a

- impossibilidade de ascensão social do negro forro em uma sociedade escravocrata, mesmo sendo alfabetizado.
- extrema dificuldade de projeção dos intelectuais negros nesse contexto e a utilização do Direito como canal de luta pela liberdade.
- rigidez de uma sociedade, assentada na escravidão, que inviabilizava os mecanismos de ascensão social.
- possibilidade de ascensão social, viabilizada pelo apoio das elites dominantes, a um mestiço filho de pai português.
- troca de favores entre um representante negro e a elite agrária escravista que outorgara o direito advocatício ao mesmo.

**15.** “A proteção e a promoção dos direitos humanos continuaram a se situar entre as principais carências a ser enfrentadas pela sociedade civil. [...] A enumeração das principais áreas de intervenção das organizações da sociedade civil soa como demandas de séculos passados: a ausência do estado de direito e a inacessibilidade do sistema judiciário para as não elites; o racismo estrutural e a discriminação racial e a impunidade dos agentes do Estado envolvidos em graves violações aos direitos humanos. Como vimos, a nova democracia continuou a ser afetada por um ‘autoritarismo socialmente implantado’, uma

combinação de elementos presentes na cultura política do Brasil, valores e ideologia, em parte engendrados pela ditadura militar, expressos na vida cotidiana. Muitos desses elementos estão configurados em instituições cujas raízes datam da década de 30.”

PINHEIRO, P. S. Transição Política e Não-Estado de Direito na República. In: WILHEIM, J. e PINHEIRO, P. S. (org.). Brasil – um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 296-297.

Em relação à **violência**, analise o texto anterior e selecione a alternativa que corresponde à ideia desenvolvida pelo autor:

- A democracia brasileira é fortemente responsável pelo surgimento de uma cultura da violência no Brasil.
- Muito mais do que os traços culturais, é o desenvolvimento econômico que acarreta o desrespeito aos direitos humanos no Brasil.
- Com a democratização, as não-elites brasileiras finalmente tiveram pleno acesso ao sistema judiciário e aos direitos próprios do Estado de Direito.
- Historicamente, o desrespeito aos direitos humanos afeta de modo igual a brancos e negros, ricos e pobres.
- A violência no Brasil expressa-se na vida cotidiana e, para ser superada, depende de ações da sociedade civil.

**16.** O sistema Linux é um artesanato público. O kernel (núcleo de *software*) do código Linux está disponível a todos, pode ser utilizado e adaptado por qualquer um: as pessoas se oferecem voluntariamente e doam seu tempo para aperfeiçoá-lo. O Linux contrasta com o código utilizado na Microsoft, cujos segredos até recentemente eram entesourados como propriedade intelectual de uma só empresa. [...] Ao ser criado na década de 1990, o Linux tentava resgatar um pouco do espírito de aventura dos primeiros dias da informática na década de 1970. Ao longo dessas duas décadas, a indústria de software metamorfoseou-se em pouco tempo num conjunto de poucas empresas dominantes, adquirindo o controle de concorrentes menores ou expulsando-os do mercado. Nessa dinâmica, os monopólios pareciam fabricar em série produtos cada vez mais medíocres.

SENNET, R. *O Artífice*. Rio de Janeiro: Record, 2009, p.35.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o tema, é correto afirmar:

- As configurações dos processos de invenção no mercado da informática não dependem da lógica de acumulação capitalista, pois se miram nos princípios de liberdade e de simetria nas formas de apropriação.
- Os processos de criação e produção de conhecimentos e produtos na era da revolução microeletrônica não são neutros, pois podem ocorrer segundo a lógica da acumulação privada ou da lógica da apropriação pública.
- Os modos de apropriação dos *softwares* e seus códigos passam pela garantia de inovação, revolução e

acumulação de conhecimentos que eles comportam, pois são esses elementos que determinam seu uso social.

- As formas de circulação e de acesso aos produtos diretamente ligados aos progressos da informática não estão subordinadas aos processos e engenharias que hierarquizam os detentores e não detentores do capital.
- Os sistemas de elaboração de técnicas e mecanismos no meio virtual são indiferentes em suas formas de aplicação seguindo lógicas distintas, mas que convergem para a apropriação pública dos processos e resultados.

**17.** Jean-Baptist Debret registrou, em suas obras, o cotidiano da sociedade brasileira no período imperial. Nesse contexto, o negro estava inserido:



Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil Debret, Jean-Baptist. *Serradores*, 1822.



DEA/G. DAGLI ORTI / Getty Images Debret, Jean-Baptist. *Loja de sapateiro* (1835), a partir de *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, século XIX.

- em uma ordem econômica liberal onde o trabalho assalariado predominava sobre o trabalho escravo.
- em uma sociedade escravocrata que valorizava o negro pela função social que desempenhava, prevalecendo os ofícios urbanos em detrimento do rural.
- no mundo urbano e desempenhava funções restritas no mercado, desde proprietário de casas de comércio, como também, escravo submisso ao seu senhor.

d) em uma ordem escravista, com a presença de escravos forros, libertos, foragidos e escravos de ganho ainda sob o domínio dos senhores.

e) em uma sociedade classista onde o negro integrava-se no mundo do trabalho por meio do trabalho assalariado.

**18.** Leia as duas notícias de jornal que foram transcritas a seguir, e analise com atenção as interpretações que são feitas sobre o contexto cultural e político em que foram publicadas. Em seguida encontre e assinale a alternativa correta.

#### Notícia 1

Protesta-se com todo rigor das leis contra quem tiver dado abrigo e ajuda à escrava do abaixo assinado, fugida de seu poder na freguesia do Queimado desde 7 de fevereiro do corrente ano. Gratifica-se, conforme o trabalho da captura, a quem a prender, e levar ao dito 'seo' senhor ali, ou metê-la nas cadeias da capital. Essa escrava chama-se Rosa, é parda, magra, baixa, anda sempre de vestido, porque foi criada no mimo, tem cabelo de pico, um pouco estirado hoje à força de pentes, cose de grosso, e é boa rendeira. Levou uma filha de cor, que terá pouco mais de ano de idade.

Padre Duarte (Notícia de jornal carioca, século XIX, 1850).

#### Notícia 2

Uma mulher foi presa em flagrante por volta das 21hs deste domingo, quando discutia com seu irmão na calçada.

A mulher estava discutindo com o irmão, quando os vizinhos tentaram acalmar os dois. Ela teria se irritado com os vizinhos e chamado um deles de "macaco".

O homem ligou para a polícia e pessoas que escutaram as ofensas confirmaram as acusações.

O delegado [...] decretou a prisão da mulher por racismo. Ela foi encaminhada para a cadeia [...].

De um jornal do interior de São Paulo, 2010, século XXI.

I. A notícia 1 mostra que no século XIX as leis e as autoridades garantiam a propriedade de escravos e puniam os escravos fugitivos e quem os ajudasse.

II. A atitude adotada pela mulher da notícia 2, de inferiorizar outra pessoa identificando-a com um animal, tem relação com a cultura formada no passado escravista.

III. As duas notícias mostram a existência de leis contra o racismo tanto na época da escravidão quanto na atualidade.

- Apenas I é verdadeira.
- Apenas II é verdadeira.
- Apenas I e II são verdadeiras.
- Apenas II e III são verdadeiras.
- I, II e III são verdadeiras.

**19.** O espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado: cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, ainda que de intensidade muito variável.

CORRÊA, R. L. O Espaço Urbano. 4.ed. São Paulo: Ática, 2004. p.7. Série Princípios.

De acordo com Corrêa, os agentes que fazem e refazem a cidade são os seguintes: os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Com base nos conhecimentos sobre as dinâmicas desses agentes, considere as afirmativas a seguir.

I. O Estado Capitalista atua de forma complexa e variável tanto no tempo como no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte.

II. O que define a renda pré-capitalista da terra é a renda em trabalho promovida pela ocupação dos espaços da periferia urbana pelos grupos sociais excluídos.

III. Os promotores imobiliários atuam para prevenir a segregação residencial que ocorre nas cidades, promovendo a função social da terra.

IV. Os grandes proprietários industriais e as empresas comerciais atuam sobre o espaço, transformando-o em mercadoria.

Assinale a alternativa correta.

- Somente as afirmativas I e II são corretas.
- Somente as afirmativas I e IV são corretas.
- Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

**20. (UFU 2012)** Dentre as várias interpretações sobre a brasilidade, destaca-se aquela que atribui a nós, brasileiros, os recursos do jeitinho, da cordialidade e da malandragem. De acordo com as leituras weberianas aplicadas à realidade brasileira (por autores tais como: Sérgio Buarque de Hollanda, Gilberto Freyre, Roberto Damatta), a malandragem significaria

A) a manifestação prática do processo de miscigenação que combinou elementos genéticos pouco inclinados ao trabalho.

B) a consagração do fracasso nacional representado pela incapacidade de desenvolver formas capitalistas de relações sociais.

C) a inovação de um estilo especial de se resolver os próprios problemas, que tem sua origem nas tradições ibéricas.

D) a materialização da oposição popular ao trabalho e ao imperialismo europeu, como característica de resistência de classe.

**21.** O discurso sobre a formação da identidade nacional brasileira tem como uma de suas vertentes o estudo das consequências do encontro de três matrizes étnicas: o

negro, o europeu (branco) e o indígena. Em meio a este debate, e contrariando as teorias raciais, elaborou-se uma tese conhecida como “democracia racial”, caracterizada por

- A) defender o direito de participação de representantes de todas as raças no processo político.
- B) pressupor a miscigenação harmoniosa entre os diferentes grupos étnicos que formaram a nação brasileira.
- C) denunciar os conflitos raciais e a desvalorização dos afrodescendentes no Brasil.
- D) culpar os grupos dominantes pela marginalização dos afrodescendentes e da população indígena brasileira.

**22. (UEM 2008)** É **correto** afirmar que acompanham ou são conseqüências da atual fase de internacionalização da economia os seguintes fenômenos:

- 01) a reestruturação produtiva, que se refere ao conjunto das transformações que ocorreu nas tecnologias e nas relações de produção, causando, entre outros, o desaparecimento de algumas profissões e o desemprego estrutural.
- 02) o acirramento da competição tecnológica, que tem reordenado o padrão de acumulação capitalista e gerado grandes corporações globais, por meio de fusões de empresas que operam em um determinado setor econômico.
- 04) a alta rotatividade da mão-de-obra e formas mais flexíveis e precárias de contrato entre empregadores e empregados.
- 08) o fortalecimento das organizações sindicais, que têm assumido papel decisivo no conteúdo das mudanças em curso no mundo do trabalho.
- 16) o afrouxamento das leis contra imigração, já que os países mais ricos necessitam da mão-de-obra originária dos países que estão em uma posição econômica subordinada.

**23. (UEM 2012)**

“Primeiro ferro marca  
A violência nas costas  
Depois o ferro alisa  
A vergonha nos cabelos  
Na verdade o que precisa  
É jogar o ferro fora  
É quebrar todos os elos  
Dessa corrente  
De desesperos.”

(CUTI, L. S. Ferro. In: CAMARGO, O. (Org). *A razão da chama*. São Paulo: GRD, 1968, p. 90)

Considerando o modo como a sociologia analisa a questão racial no Brasil, assinale o que for **correto**.

01) No trecho acima, Cuti aborda duas formas de violência: uma física, que se refere à escravidão; e outra simbólica, que atua sobre as características corporais do indivíduo.

02) Um dos elementos presentes no poema de Cuti é a crítica à ideologia do branqueamento, que reconstrói o racismo por meio do apagamento dos traços marcantes da cultura negra.

04) Cuti denuncia o consumismo presente na sociedade brasileira ao reconhecer que negros e brancos estão igualmente submetidos às leis do mercado e que, por meio dele, devem disputar reconhecimento.

08) A proposta de Cuti, em seu poema, é debater o preconceito contra as pessoas de cor como um problema isolado que ocorreu no Brasil durante o período colonial com a escravidão.

16) Ao pedir que seja jogado fora o ferro, Cuti assume uma posição intelectual e política diante do racismo e conclama para que a identidade afro-brasileira seja assumida.

**24. (UEM 2012)** No dia 23 de julho de 2007, no Rio de Janeiro, cinco jovens de classe média atacaram a socos e pontapés uma empregada doméstica que esperava o ônibus para ir trabalhar. Em abril de 1997, em Brasília, cinco jovens de famílias ricas atearam fogo ao índio pataxó Galdino Jesus dos Santos. Considerando esses dois casos de extrema violência, assinale o que for **correto** sobre o tema das classes sociais no Brasil.

01) As agressões praticadas por esses jovens de classe média mostram que, em algumas situações, há uma relação entre discriminação de classe e de raça.

02) As classes médias constituem um setor muito numeroso que fica entre a burguesia e o proletariado, oscilando na defesa dos interesses de um grupo ou de outro.

04) Os atos acima descritos indicam que a luta de classes pode se apresentar como um fenômeno que envolve, de forma ampla, diversos setores da sociedade, independentemente das relações que possam estabelecer no mundo do trabalho.

08) Os dois casos são exemplos de que as contradições que as classes sociais mantêm entre si forjam e estruturam a própria sociedade.

16) As agressões listadas podem ser sociologicamente explicadas como distúrbios psicológicos bastante comuns à parcela da juventude brasileira que integra as classes médias.

**25. (UEL 2007)** Em relação ao processo de formação social no Brasil, o sociólogo Florestan Fernandes escreveu:

“Lembremo-nos de que da vinda da Família Real, em 1808, da abertura dos portos e da Independência, à Abolição em 1888, à Proclamação da República e à “revolução liberal”, em 1930, decorrem 122 anos, um

processo de longa duração, que atesta claramente como as coisas se passaram. Esse quadro sugere, desde logo, a resposta à pergunta: a quem beneficia a mudança social?”

FERNANDES, F. As Mudanças Sociais no Brasil. In IANNI, Octavio (org) Florestan Fernandes: coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1986, p. 155-156.

De acordo com o texto e os conhecimentos sobre o tema, em relação à indagação feita pelo autor, é correto afirmar que a mudança social beneficiou:

- Fundamentalmente os trabalhadores, uma vez que as liberdades políticas e as novas formas de trabalho aumentaram a renda.
- Os grupos sociais que dispunham de capacidade econômica e poder político para absorver os efeitos construtivos das alterações ocorridas na estrutura social.
- A elite monárquica, pois ao monopolizar o poder político impediu que outros grupos sociais pudessem surgir e ter acesso aos efeitos construtivos das alterações na estrutura social.
- Os grupos sociais marginalizados ou excluídos, pois, em decorrência deste processo, passaram a fazer parte do processo produtivo.
- A população negra, uma vez que a alteração na estrutura da sociedade criou novas oportunidades de inserção social.

**26. (UEL 2011)** Na verdade, a ideologia impessoal do liberalismo democrático jamais se naturalizou entre nós. Só assimilamos efetivamente esses princípios até onde coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes.

(HOLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 160.)

O trecho de Raízes do Brasil ilustra a interpretação de Sérgio Buarque de Holanda sobre a tradição política brasileira.

A esse respeito, considere as afirmativas a seguir.

I. As mudanças políticas no Brasil ocorreram conservando elementos patrimonialistas e paternalistas que dificultam a consolidação democrática.

II. A política brasileira é tradicionalmente voltada para a recusa das relações hierárquicas, as quais são incompatíveis com regimes democráticos.

III. As relações pessoais entre governantes e governados inviabilizaram a instauração do fenômeno democrático no país com a mesma solidez verificada nas nações que adotaram o liberalismo clássico.

IV. A cordialidade, princípio da democracia, possibilitou que se enraizassem, no país, práticas sociais opostas aos princípios do clientelismo político.

Assinale a alternativa correta.

- Somente as afirmativas I e II são corretas.
- Somente as afirmativas I e III são corretas.

- Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- Somente as afirmativas I, II e IV são corretas.
- Somente as afirmativas II, III e IV são corretas.

**27.** Na obra “Raízes do Brasil”, publicada pela primeira vez em 1936, Sérgio Buarque de Holanda, ao analisar o processo histórico de formação da nossa sociedade, afirma:

Desde o período colonial, para os detentores dos cargos públicos, a gestão política apresentava-se como assunto de seus interesses particulares. Isso caracteriza justamente o que separa o funcionário patrimonial e o puro burocrata. Para o funcionário patrimonial, as funções, os empregos e os benefícios que deles recebe relacionam-se a direitos pessoais dos funcionários e não a interesses objetivos, como ocorre no verdadeiro Estado burocrático. Assim, no Brasil, pode-se dizer que só, excepcionalmente, tivemos um sistema administrativo e um corpo de funcionários puramente dedicados a interesses objetivos e fundados nesses interesses.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. [Adaptado].

Considerando as reflexões do autor e levando em conta práticas políticas constatadas no Brasil Republicano, é possível inferir que

- os limites entre os domínios do público e do privado, no âmbito da administração pública, se confundem, não obstante as leis que visam a combater o patrimonialismo.
- o patrimonialismo está presente nas regiões mais carentes do País, em razão apenas do baixo nível de formação dos quadros da administração pública.
- as estruturas do poder administrativo no Brasil permanecem as mesmas do período colonial, daí a manutenção do patrimonialismo disseminado na sociedade.
- o predomínio do interesse particular sobre o interesse público, no Brasil, foi efetivamente rompido com o êxito da Revolução de 1930.
- a supremacia do latifúndio exportador com vista a integração da sociedade colonial e republicana nos mesmos espaços em que outrora eram separados.

**28.** “O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. A indistinção fundamental entre as duas forças é prejuízo romântico que teve seus adeptos mais entusiastas durante o século XIX. De acordo com esses doutrinadores, o Estado e

suas instituições descenderiam em linha reta, e por simples evolução, da família.”

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras 1995. p. 139.

Sob a perspectiva de análise da construção política da sociedade colonial e a herança desta na atualidade política brasileira, podemos inferir que

- A) há um distanciamento entre o homem público e os interesses privados.
- B) há plena sinergia entre o homem público e os ideais românticos.
- C) há um desacordo entre os valores éticos e o exercício político democrático.
- D) há uma harmonia entre o homem cordial e o exercício ético na política. E há uma diferença entre o saber teórico e o exercício da moral.

**29. (UEM 2010)** “O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades. Representando, como já se notou acima, o único setor onde o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a idéia mais normal de poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família.”

HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992, p. 50.

Considerando o texto acima e o tema instituições sociais, assinale o que for **correto**.

- 01) O texto trata das relações que os indivíduos estabelecem com uma instituição social específica, o Estado.
- 02) No processo de formação da sociedade brasileira, os interesses privados interferem na conduta pública dos indivíduos.
- 04) No Brasil, a comunidade doméstica promoveu um equilíbrio entre os interesses coletivos e privados, revelando sua ação em defesa do que é público.
- 08) O autor define que a família colonial é uma organização compacta, única e intransferível, que exerceu profunda influência na formação social e cultural brasileira.
- 16) O Estado brasileiro manteve-se livre dos particularismos, das visões antipolíticas e dos interesses privados.

## QUESTÕES ENEM

**1. (2010)** Para Caio Prado Jr., a formação brasileira se completaria no momento em que fosse superada a nossa herança de inorganicidade social — o oposto da interligação com objetivos internos — trazida da colônia. Este momento alto estaria, ou esteve, no futuro. Se passarmos a Sérgio Buarque de Holanda, encontraremos algo análogo. O país será moderno e estará formado quando superar a sua herança portuguesa, rural e autoritária, quando então teríamos um país democrático. Também aqui o ponto de chegada está mais adiante, na dependência das decisões do presente. Celso Furtado, por seu turno, dirá que a nação não se completa enquanto as alavancas do comando, principalmente do econômico, não passarem para dentro do país. Como para os outros dois, a conclusão do processo encontra-se no futuro, que agora parece remoto.

SCHWARZ, R. Os sete fôlegos de um livro. Sequências brasileiras. São Paulo: Cia. das Letras, 1999 (adaptado).

Acerca das expectativas quanto à formação do Brasil, a sentença que sintetiza os pontos de vista apresentados no texto é:

- A) Brasil, um país que vai pra frente.
- B) Brasil, a eterna esperança.
- C) Brasil, glória no passado, grandeza no presente.
- D) Brasil, terra bela, pátria grande.
- E) Brasil, gigante pela própria natureza.

**2. (2015)** Em sociedade de origens tão nitidamente personalistas como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. As agregações e relações pessoais, embora por vezes precárias, e, de outro lado, as lutas entre facções, entre famílias, entre regionalismos, faziam dela um todo incoerente e amorfo. O peculiar da vida brasileira parece ter sido por essa época, uma acentuação singularmente enérgica do afetivo, do irracional, do passional e uma estagnação ou antes uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras.

HOLLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

Um traço formador da vida pública brasileira expressa-se, segundo a análise do historiador, na

- a) rigidez das normas jurídicas.
- b) prevalência dos interesses privados.
- c) solidez da organização institucional.
- d) legitimidade das ações burocráticas.
- e) estabilidade das estruturas políticas.

3. (2016) Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade: nesse sentido pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade.

BERMAN, M. Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1986 (adaptado).

O texto apresenta uma interpretação da modernidade que a apresenta como um(a)

- dinâmica social contraditória.
- interação coletiva harmônica.
- fenômeno econômico estável.
- sistema internacional decadente.
- processo histórico homogeneizador.

## GABARITO

### QUESTÕES

- e
- a
- e
- b
- a
- b
- a
- c
- c
- e
- c
- c
- d
- b
- e
- b
- d
- c
- b
- c
- b

- 1/2/4
- 1/2/16
- 1/2/4/8
- b
- b
- a
- c
- 1/2/8

### QUESTÕES ENEM

- b
- b
- a
- .